

Ajuste fiscal também passa

Nessa última sessão do ano, o Senado aprovou não só o projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios, mas também o ajuste fiscal, o novo finsocial, a medida cautelar fiscal e o reajuste do funcionalismo público, sem nenhuma modificação aos textos anteriormente votados na Câmara dos Deputados. As barreiras colocadas na véspera pela grande maioria dos senadores, principalmente governistas, foram arduamente ultrapassadas e só ao final da tarde, após um dia inteiro de intensas negociações e com uma sessão que se iniciou às nove da manhã, o projeto da rolagem foi aprovado, graças a um acordo entre Governo e PMDB. Os projetos, agora, seguem para sanção do presidente Fernando Collor.

Mais uma vez, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, se viu obrigado a ir ao Congresso para tentar contemporizar a situação, que até o meio da tarde, era extremamente tensa. Ele deixou o Congresso pouco antes das 14h na expectativa do PMDB aceitar um acordo que previa a reinclusão das 11 assinaturas de senadores, que anteontem foram retiradas do projeto de urgência da rolagem, e a contrapartida do PMDB não se ausentar do plenário para garantir quorum suficiente para a votação do ajuste fiscal, ainda que o resultado do projeto de rolagem, prioritário na pauta, lhe fosse negativo. O líder Humberto Lucena (PMDB/PB) decidiu, então, consultar o presidente do seu partido, Orestes Quércia.

Mas Quércia não foi localizado e os senadores, que haviam interrompido várias vezes a sessão, retornaram ao plenário com uma situação ainda indefinida. Porém, durante a reunião dos líderes, no início da tarde, alguns deles, autorizaram a reinclusão de suas assinaturas, diante da ameaça de Lucena de fazer o mesmo e

retirar as assinaturas para a urgência dos demais projetos. Isto acabou convalidando, novamente o requerimento, devido à mudança de posição dos senadores Affonso Camargo (PTB/PR), Amazonino Mendes (PDC/AM), Levi Dias (PTB/MS) e Maurício Corrêa (PDT/DF).

Inconstitucionalidade —

O que acabou garantindo a aprovação do projeto de refinanciamento das dívidas foi o não acolhimento da questão de ordem apresentada, na véspera, pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), que questionou a constitucionalidade da matéria. Cauteloso, Benevides indeferiu, prevendo uma situação constrangedora perante a Câmara dos Deputados que se julgou competente para apreciar o projeto. Fernando Henrique recorreu ao plenário que, ao contrário da disposição registrada no dia anterior, considerou a matéria constitucional por 37 votos contra 23.

A partir daí, lideranças como Maurício Corrêa (DF), do PDT, sentiram-se à vontade para respaldar a rolagem das dívidas. Corrêa explicou que “o importante era a etapa preliminar” e como o plenário já havia se posicionado favoravelmente, não havia motivo para rejeitar o projeto.

Depois de votada a rolagem, os senadores seguraram o quorum para a aprovação do Finsocial e do ajuste fiscal. A medida cautelar fiscal já havia sido aprovada porque o presidente da Casa optou por colocar uma matéria menos polêmica na pauta, antes de toda a discussão que cercou a rolagem da dívida dos estados. Quanto ao reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares — cem por cento em três parcelas, a partir de janeiro —, foi votado logo cedo, era a única matéria de consenso entre os senadores na abertura da sessão.